

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DIVISÃO DE COMPRAS

### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015

#### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL por intermédio da DIVISÃO DE COMPRAS torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a fim de receber propostas, visando à aquisição de Materiais Bibliográficos, autorizada através do processo nº **29/500501/2015**.

A referida licitação será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decretos Estaduais n. 11.676/2004, 11.818/2005 subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos), Lei nº 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), e suas alterações e, ainda, pelas especificações e condições constantes neste ato convocatório e nas demais normas pertinentes ao objeto desta licitação.

Poderão participar deste **Pregão** exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 que atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos. As empresas ME/EPP **do ramo pertinente** que, manifestando-se interessadas no objeto da mesma, poderão retirar o Edital, com seus anexos, junto à Divisão de Compras da UEMS, **sem ônus**, no site [www.uems.br](http://www.uems.br) ou ainda através do provedor do sistema eletrônico do Banco do Brasil S/A, site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), **buscando por Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por onde se realizará a referida licitação**, ou no endereço constante ao rodapé deste Edital, nos dias úteis, das 07:30h às 16:30h.

#### 1- DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração visando a aquisição de Materiais Bibliográficos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e Proposta Detalhe (Anexo II) deste Edital e demais anexos, objetivando atender ao Convênio nº 774992/2012 PNAEST/2012.

1.2 A licitação será dividida em Lote(s), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Lote(s) for de seu interesse.

#### 2 DOS CRÉDITOS PELOS QUAIS CORRERÃO AS DESPESAS

2.1 As despesas decorrentes deste fornecimento correrão à conta da Programática Funcional **10.29204.12.573.0032.2903.0005** - Natureza de Despesa: **344905200** no item: **5218** Fonte: **0281260018**. Convênio nº 774992/2012 PNAEST/2012 FUEMS: 290.204.

#### 3 DO(S) VALOR (ES) ESTIMADOS DE REFERÊNCIA

3.1 O objeto desta licitação terá como referência, o(s) seguinte(s) valor(es):

**LOTE ÚNICO – R\$ 37.486,75 (Trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos);**

#### 4 DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento, decorrente do fornecimento, objeto desta licitação, será efetuado através de crédito em conta corrente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à entrega/aceite definitivo dos materiais bibliográficos, mediante a apresentação da respectiva documentação fiscal, à Divisão de Administração, devidamente atestada pela Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Patrimoniais da CONTRATANTE, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei 8.666/93.

4.1.1 A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

#### 5 DO CREDENCIAMENTO

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

5.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no sistema de licitação eletrônica do Banco do Brasil S/A. - **licitações-e** - que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 O cadastro no **licitações-e** poderá ser iniciado no sistema eletrônico do Banco do Brasil S/A, **site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3 As empresas ME/EPP deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações para o sistema de licitação eletrônica do Banco do Brasil S/A.

5.4 É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa Proponente, salvo, nos casos de representação para lotes distintos.

5.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.6 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 6 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação **EXCLUSIVAMENTE** microempresas e empresas e pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, do ramo pertinente, registrados, no prazo mínimo de três dias úteis, antes da data de realização do pregão eletrônico, no sistema provedor de licitações do Banco do Brasil S/A ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)) e que:

6.1.1 estejam devidamente regulares no CCF/MS - Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul **ou**;

6.1.2 estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **ou ainda**;

6.1.3 os que atenderem a todas às exigências deste Edital e seus Anexos.

6.2 Não poderão participar desta licitação

6.2.1 entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.2 empresas em consórcio ou em processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência (Lei 11.101/2005) ou que se encontre incurso nas penalidades prevista no art. 87, incisos III e IV da Lei n. 8.666/93;

6.2.3 quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2.4 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

6.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do sistema eletrônico licitações-e às seguintes declarações:

a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

b) que a proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

c) que conhece e aceita todas as regras do certame.

d) que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

6.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

#### 7 DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

7.1 O licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando também, para o início da disputa

7.1.1 O início de acolhimentos das propostas começará a partir do dia **30/09/2015**

7.1.2 As propostas serão recebidas até às **07:00h (sete horas)** do dia **15/10/2015**

7.1.3 A abertura das propostas se realizará às **07:00h (sete horas) do dia 15/10/2015**

7.1.4 Início da sessão de disputa de preços às **09:00h (nove horas) do dia 15/10/2015**

7.2 Todas as referências de tempo no Edital e no aviso de Abertura de Licitação observarão **obrigatoriamente** o **horário** local do **Estado de Mato Grosso do Sul** conforme inciso II do Art.2º do Decreto 11.818 de março de 2005.

7.3 Todas as referências de tempo cadastradas no sistema eletrônico provedor de licitações do Banco do Brasil S/A ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)) observarão a conversão do fuso horário de MS para DF, atendendo **obrigatoriamente** o **horário** de Brasília, tendo em vista que o sistema só permite este horário

#### 8 DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS AO SISTEMA

8.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico em formulário específico, mediante a opção "**Acesso identificado**", e "**Acolhimento de Propostas**" na página de licitação eletrônica do site do Banco do Brasil S/A, através do endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), observados data e horários limites estabelecidos no item 7 deste Edital até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.1.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.1.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.1.3 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.2 Na proposta eletrônica de preços deverão constar, pelo menos, as seguintes informações:

a) A proposta deverá explicitar o preço total do Lote, em moeda nacional corrente, incluídos todos os encargos e despesas;

b) fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços no Sistema Eletrônico, planilha ou outros Anexos exigidos neste Edital.

8.3 Cada lote de uma licitação é sempre composto por pelo menos um item. O valor a ser incluído pelo fornecedor deverá referir-se ao preço total do Lote;

8.3.1 Para composição do valor, o fornecedor deverá verificar os itens e quantidades que compõem o lote, sendo de sua total responsabilidade a composição do valor conforme quantidades informadas no Ato Convocatório.

8.4 O encaminhamento da proposta de preço para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais bibliográficos.

#### 9 DAS PROPOSTAS

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DIVISÃO DE COMPRAS

9.1 Para a(s) empresa(s) vencedora(s) a proposta deverá ser apresentada elaborada em papel timbrado da empresa ou conforme o modelo constante no **Anexo II** do presente Edital, contendo os seguintes elementos:

- a) preço **unitário** e **total** dos itens e valor GLOBAL do LOTE, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos e por extenso, sendo que, em caso de divergência entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos;
- b) não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- c) deve fazer menção ao número do pregão e do processo licitatório;
- d) deve ser datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;
- e) deve conter ao menos na última folha o número do CNPJ da empresa;
- f) deve indicar o prazo de entrega total dos materiais bibliográficos, não superior a 30 (**trinta dias corridos**), contados da data de recebimento da Nota de Empenho e/ou Assinatura do Contrato ou instrumento equivalente. No caso do prazo de entrega ser omitido na proposta, o pregoeiro considerará que o mesmo será de **30 (trinta dias corridos)**;
- g) deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta dias)**, contados da data de entrega da mesma. No caso do prazo de validade ser omitido na proposta, o pregoeiro considerará que o mesmo será **de 60 (sessenta dias)**;
- h) indicação do nome do banco, número da agência, número da conta corrente, para fins de recebimento dos pagamentos;
- i) indicar nome da empresa, razão social ou denominação social, inscrição estadual, endereço completo, nº de telefone e nº do aparelho de fax atualizados para facilitar possíveis contatos.
- j) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme o **ANEXO VII**

### 10 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

10.1 Poderão participar da licitação **EXCLUSIVAMENTE** microempresas e empresas e pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, do ramo pertinente ao objeto, que atenderem aos requisitos da proposta, apresentando para Habilitação - de forma sequenciada, os seguintes documentos:

- a) Declaração do licitante de não haver FATO SUPERVENIENTE à sua habilitação, que impeça a participação nesta licitação;
- b) Declaração do licitante de atender às EXIGÊNCIAS DO ART.27, inciso V da Lei 8.666/93 (inciso incluído pela lei nº 9.854, de 27/10/99);
- c) Declaração do licitante de que nenhum dirigente ou responsável técnico da empresa pertence ao quadro de funcionários Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

#### 10.1.1 Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedade por ações acompanhada de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### 10.1.2 Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL**:

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), junto a Receita Federal;
- b) Prova de regularidade fiscal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débito – (CND), relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, junto a Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, através da certidão Negativa de ICMS, emitida pela Secretaria de Estado competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, emitida na localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao ramo de atividade objeto da licitação, na forma da Lei;
- e) Prova de situação regular junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), através de Certidão Negativa de Débito – (CND), de conformidade com a Lei nº 8.212/91 e Decisão nº 705/94/TCU;
- f) Prova de situação regular com o FGTS, através do certificado de Regularidade do FGTS (CRF), junto a Caixa Econômica Federal (CEF), conforme Lei nº 8.036/90.
- g) Prova de regularidade Trabalhista mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440 de 07/07/2011).
- h) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME ou EPP, a licitante será declarada vencedora do certame no sistema eletrônico, nos termos do §1º, do art. 43, da lei Complementar nº 123/2006.
- i) Nessa hipótese, o Pregoeiro dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante declarada vencedora para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- j) A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, e no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- k) Na hipótese da não-contratação da ME ou EPP, nos termos previstos no subitem 13.2, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarada vencedora.
- l) As licitantes que, embora cadastradas no SICAF e/ou CERCA, estejam com situação irregular nestes Sistemas, poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados.
- m) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- n) O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

#### 10.1.3 Documentação referente à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Demonstrações Contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, compostas do **Balanco Patrimonial**, com **Termo de Abertura e Encerramento**, e da **Demonstração de Resultado do Exercício**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, e ainda, **apresentação dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG)**, na forma do subitem “a.6” deste item, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios;
- a.1.) Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço devidamente registrado acompanhado da cópia da respectiva publicação na Imprensa Oficial.
- a.2.) As referidas Demonstrações Contábeis deverão:

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DIVISÃO DE COMPRAS

- estar elaboradas com base na escrituração do livro "Diário" autenticado no Órgão de Registro Público competente;
- corresponder fielmente àquelas registradas no livro "Diário"; cuja autenticação deverá ser comprovada por meio da apresentação da página do referido livro na qual foi aposta a etiqueta e/ou carimbo autenticador;
- apresentar as assinaturas do titular ou representante legal da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado.

a.3.) As empresas com **menos de um ano de exercício social**, deverão cumprir a exigência contida na letra "a", mediante a apresentação do Balanço de Abertura e, quando couber, do último Balanço Patrimonial levantado, devidamente registrados no Órgão de Registro Público competente.

a.4.) As microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão cumprir a exigência contida na letra "a", mediante a apresentação da cópia do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do exercício de 2014 ou caso a empresa apresente o Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, acompanhado dos cálculos **dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG)**, o mesmo só terá validade se estiver registrado na Junta Comercial da localidade de domicílio ou sede da empresa licitante.

a.5.) Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as Demonstrações Contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

a.6.) A análise da qualificação econômico-financeira será feita, utilizando o seguinte índice, **que deverá vir calculado em documento separado do balanço patrimonial, com carimbo e assinatura do contador e do responsável legal pela empresa**, apresentando os seguintes indicadores referentes ao último exercício social, calculados como segue:

- Índice de Liquidez Geral (LG);  
**LG = (AC+RLP) / (PC + ELP)**
- Índice de Liquidez Corrente (LC);  
**LC = (AC/PC)**
- Solvência Geral (SG),  
**SG = (A Real) / (PC + ELP)**

Onde:

**AC** = Ativo Circulante, **RLP** = Realizável a Longo Prazo, **PC** = Passivo Circulante, **ELP** = Exigível a Longo Prazo e **A Real** = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.

10.1.4 Estarão habilitadas, de conformidade com o subitem **10.1.3**, alínea "a.6", as empresas que apresentarem resultado igual ou maior que 1 (um) nos índices Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de (LG), (SG) e (LC), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

10.1.5 Certidão negativa de **FALÊNCIA OU CONCORDATA**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.2 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – **CERCA**, emitido pelo Estado de Mato Grosso do Sul na forma do Decreto Estadual n. 11.361, de 27 de agosto de 2003, na Natureza de Despesas: 344905200, no item 5218 **OU** apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pelo Art. 34 da Lei 8.666/93 e regulamentado pelo Art. 1º do decreto 3.722/01, com toda documentação atualizada (certidões negativas e balanço patrimonial), substitui os documentos enumerados nos subitens **10.1.2 (EXCETO** a letra "g"), e **10.1.3**. O CERCA e/ou CRC deverão vir acompanhados de DECLARAÇÃO do licitante, comprometendo-se a informar, a qualquer tempo, sob pena das sanções cabíveis, a existência de FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, na forma determinada no § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.3 O subitem 10.1.5 também poderá ser substituído pelos certificados acima desde que a Certidão Negativa de Falência ou Concordata esteja elencada, com a respectiva data de validade, nos certificados,

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

10.4 As Empresas que apresentarem os Certificados de que trata o item 10.2, em substituição aos documentos enumerados no subitem 10.1.3, estarão dispensadas de trazer os índices LC, LG e SG calculados em documento separado, inserido no Envelope de Habilitação, desde que constem nos Certificados.

10.5 As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social estão dispensadas de apresentar, anexo ao balanço patrimonial, os índices de que trata o subitem 10.1.3, alínea "a.6" deste Instrumento Convocatório.

10.6 As certidões apresentadas pelo licitante que, não tragam sua validade expressa, serão consideradas pelo Pregoeiro, como válidas por 90 (noventa) dias da data de expedição.

10.7 Não serão aceitos certificados com data de validade vencida.

10.8 Não serão admitidos documentos subscritos por mandatário não habilitado legalmente para representar a empresa licitante.

10.9 A documentação de habilitação do(s) licitante(s) anunciado(s) como vencedor (es) para o(s) lote(s) deverão atender as exigências conforme item 6 deste Edital, sendo que no momento da adjudicação do(s) lote(s), a(s) empresa(s) vencedora(s) deverão enviar, via fax, **TODOS** os documentos de que trata o item 6 deste Edital.

10.10 Serão habilitadas as empresas que apresentarem todos os documentos, dispostos ordenadamente, em original, por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, ou ainda, publicação em órgão da Imprensa Oficial. Documentos em FAC-SÍMILE somente serão aceitos logo após a arrematação do lote pela empresa participante da sessão virtual no sistema eletrônico.

**10.11 Deverão ser remetidos a esta Divisão, via fax (0xx67) 3902-2370 ou 3902-2378, ou email [comprasuemsgmail.com](mailto:comprasuemsgmail.com) a Proposta de Preços atendendo os requisitos tratados no subitem 9.1 e atualizada em conformidade com os lances, no prazo de até 02 horas posteriores à convocação;**

**10.12 No caso de aceitação da proposta o pregoeiro convocará a empresa para apresentação da documentação de habilitação, item 10 do edital, juntamente com as declarações constantes nos Anexos IV, V, VI ao final deste Instrumento Convocatório no prazo de até 02 horas posteriores à Convocação;**

10.13 Sendo declarado vencedor o licitante terá 03 (três) dias úteis, após a data da declaração, para encaminhar **os documentos de Proposta e de Habilitação, exigidos neste Edital, acondicionados em envelope opaco e lacrado, podendo se** documentos originais ou fotocópias autenticadas em cartório, no envelope deverá conter em sua parte externa, além do nome ou timbre do licitante, as seguintes indicações:

À  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados a Itahum Km 12 – Caixa Postal 351  
79804-970 - Dourados/MS  
A/C DA DIVISÃO DE COMPRAS  
**PROPOSTA/HABILITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015.**  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (se o envelope não for timbrado)

## 11 DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO.

11.1 A partir do horário previsto no sistema, conforme estabelecido no item 7 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas para o(s) lote(s) da disputa, que estejam em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste Edital.

11.2 Aberta a etapa competitiva para o(s) lote(s), os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances e poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

11.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

11.4 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado pelo licitante no sistema. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

11.5 O sistema não aceitará dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado relativos ao lote, objeto desta licitação. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.7 A etapa de lances da sessão pública (tempo normal) para cada lote, **terá o tempo fixado em no mínimo 10 (dez) minutos**, e será encerrada mediante aviso de fechamento dos lances, emitido pelo sistema eletrônico. Depois desta etapa, transcorrerá período adicional randômico, que poderá ser de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, para que a disputa seja efetivamente finalizada, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.8 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

11.9 Após esta fase, será aberto um período de 10 (dez) minutos para comentários dos licitantes acerca do Pregão, inclusive sobre a intenção de interpor recurso.

11.10 Finda esta etapa, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.11 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.12 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado pelo Pregoeiro ao autor da proposta ou lance de menor preço para o lote, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Ordenador de Despesas, na hipótese de existência de recursos.

11.13 Da sessão, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes, através de mensagem eletrônica (*e-mail*) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.15 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A, nem a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## 12 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1 Com fundamento no inciso X do artigo 4<sup>a</sup> da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, e suas alterações posteriores, o critério de julgamento para classificação das propostas será o de **menor preço global do lote**, atendidas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

12.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato, bem como as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, e ainda por preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.

12.3 O pregoeiro poderá classificar propostas que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais omissões ou irregularidades sejam consideradas irrelevantes pelo mesmo.

12.4 Uma vez finalizada a etapa para escolha do melhor lance e, após a tramitação de apresentação de proposta pela empresa que a fez, não serão admitidos pedidos de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas, bem como, não caberá desistência das mesmas.

12.5 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste Pregão, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.6 É vedada a utilização/realização de qualquer atividade/elemento, critério, fator sigiloso ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece a legislação pertinente.

12.7 Não será levado em consideração, para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital ou ainda baseada ou condicionada em proposta dos demais licitantes.

12.8 Serão desclassificadas, de acordo com a legislação pertinente, as propostas que não atenderem as exigências legais, as regulamentares e as constantes deste Pregão, bem como, aquelas cujos preços sejam baseados em outra proposta ou contenham qualquer item condicionante para a entrega do objeto desta licitação, e ainda, as que apresentarem valor total superior ao limite estabelecido ou julgado pela Administração, em desacordo com os de mercado.

12.9 Será desclassificada, ainda, a proposta da licitante que, logrado êxito no certame, vier a conhecimento da UEMS, fatos ou circunstâncias, anteriores ou posteriores ao julgamento, que desabonem sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem prejuízo das penalidades previstas.

12.10 O **Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

12.11 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativos ao(s) objeto(s) licitado(s).

12.12 A(s) empresa(s) licitante(s) que desistir (em) da(s) proposta(s) após a fase inicial, injustificadamente, estarão impedidas de contratar com a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, durante o período de 6 (seis) meses, sem prejuízo da aplicação de multas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### 13 A ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### 14 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 Declarado o resultado final pelo pregoeiro, e depois deste ter questionado a intenção de interposição recursal a todos os proponentes, ou havendo desistência expressa dos licitantes, o mesmo adjudicará o objeto do processo licitatório à empresa declarada vencedora, sempre que não houver recurso.

14.2 Havendo recurso e na inocorrência de seu acolhimento pela autoridade de primeira instância, a adjudicação do objeto será de competência do Ordenador de Despesas da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, depois de transcorridos os prazos legais.

14.3 Adjudicado o objeto ao licitante vencedor, o Pregoeiro fará o encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, para homologação e contratação.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DIVISÃO DE COMPRAS

14.4 O adjudicatário deverá assinar o Instrumento contratual no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para este fim para a Sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, localizada a Rodovia Dourados/ Itahum Km 12, Caixa Posta 351, CEP: 79804-970, Cidade Universitária de Dourados – Dourados – MS, Fone (67) 3902-2450, aos cuidados da Divisão de Administração.

14.5 Em caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência do fato, segundo o disposto no Art. 109, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

### 15 DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

15.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

15.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [comprasuems@gmail.com](mailto:comprasuems@gmail.com), pelo fax (67)3902-2378, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.

15.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

15.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

15.7 A impugnação ao Edital deverá ser dirigida à autoridade que o expediu.

### 16 DOS RECURSOS.

16.1 Ao final da sessão pública do Pregão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de até 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso para o respectivo lote, bem como na decadência do direito de recurso e, por fim, na conseqüente adjudicação da licitação pelo pregoeiro à vencedora.

16.3 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

16.4 Os recursos e contra-razões de recurso deverão ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

16.5 Não será admitido, nem concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou já decididos em impugnação ao Instrumento Convocatório, ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo proponente, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas nos termos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

16.6 Acolhidas às razões recursais, o Pregoeiro retomará a sessão do Pregão para a reformulação do ato combatido e daqueles subsequentes.

16.7 Se das razões recursais não resultar retratação da decisão, o pregoeiro encaminhará o recurso devidamente informado ao Ordenador de Despesas, digitados e/ou datilografados, devidamente fundamentados e assinados por representante legal do licitante, que proferirá decisão final e adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

16.8 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9 Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para representar a empresa recorrente.

#### 17 DAS CONDIÇÕES DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1 Findo o processo licitatório, o licitante vencedor será convocado para retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis dias da convocação.

17.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante o seu transcurso, desde que aceito pela Administração.

17.3 Caso transcorra o prazo acima indicado sem que o licitante vencedor tenha comparecido para retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o Contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

17.4 O licitante vencedor poderá perder a condição de adjudicatário e/ou contratado caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, suas alterações e nos casos que especifica:

- a) estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômico/financeira comprometida;
- b) ter título protestado cujo valor possa, a juízo da **CONTRATANTE**, comprometer a idoneidade financeira da **CONTRATADA**, e/ou a eficiente execução do contrato;
- c) ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS, FGTS, CNDT.

17.5 O licitante vencedor se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante ou contratado que:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b) não mantiver a proposta;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar sua execução.

18.1.1O licitante ou contratado ficará submetido às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

18.1.2A suspensão do licitante ou contratado será mantida enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

19.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital sobre possíveis falhas, irregularidades, omissões, ou impossibilidade de cotação de item por ausência de especificação correta, hipóteses que o viciariam, quem não o fizer dentro do prazo estipulado no item 15 subitem 15.1.

19.2 Será desconsiderada qualquer manifestação formulada ao pregoeiro, de que trata o subitem anterior, se realizada de maneira verbal.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

19.3 Serão divulgados através de publicação na Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e no site da UEMS, para conhecimento dos interessados, extratos das decisões às impugnações formuladas ao pregoeiro e sua equipe de apoio.

19.4 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima indicada, fica o mesmo condicionado à publicação na Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, no site da UEMS e no sistema Licitações-e do Banco do Brasil, comunicando a nova data e horário para e abertura da sessão.

19.5 Os interessados que tiverem dúvidas quanto à interpretação deste Pregão, serão atendidos pela Comissão de Licitação, situada na sala 01 do Bloco Dep. Walter Bendito Carneiro, na UEMS, em Dourados/MS, ou pelo telefone (67) 3902-2370, das 07:30h às 16:30h.

19.6 Os licitantes, ainda que tenham retirado este Edital via internet, deverão acompanhar as publicações do presente processo licitatório por meio do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, no site da UEMS ([www.uems.br](http://www.uems.br)) e ainda pelo sistema de licitação eletrônica do Banco do Brasil S/A, através do site ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)).

19.7 Os casos omissos decorrentes da execução do objeto deste Edital serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente.

19.8 A participação na presente licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas contidas neste Edital, seus anexos e na observância das regras e preceitos legais pertinentes.

19.9 Cabe ao juízo da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, decidir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.10 São partes integrantes deste Edital: o Termo de Referência (Anexo I), formulário denominado Proposta-Detalhe (Anexo II), Minuta de Contrato (Anexo III), Declaração de Habilitação (Anexo IV), Declarações da empresa adjudicatária (Anexo V), Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo VI) e Declaração de Elaboração Independente de Proposta (Anexo VII) e a Ficha Cadastral.

Dourados, 29 de setembro de 2015.

**Márcio de Araújo Pereira**  
Pró-Reitor de Administração e Planejamento/PROAP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO, DAS QUANTIDADES E DOS VALORES ESTIMADOS**

1.1 Aquisição de Materiais Bibliográficos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO LOTE ÚNICO				VALORES DE REFERENCIA	
ITEM	QTD.	AUTOR/TÍTULO/EDITORIA	ISBN	UNITARIO	TOTAL
1	5	ALBERTO, V. L. P. Perícia contábil. Atlas, 2012, 5ª Edição	9788522469574	R\$ 95,00	R\$ 475,00
2	5	ALMEIDA, M. C. Contabilidade Avançada: Textos, exemplos e exercícios resolvidos. Atlas, 2013, 3ª Edição.	9788522477692	R\$ 70,00	R\$ 350,00
3	5	ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. Atlas, 2012, 8ª Edição	852247107X	R\$ 141,00	R\$ 705,00
4	5	ALMEIDA, M. C. Curso Básico de Contabilidade: Introdução a Metodologia da Contabilidade e contabilidade Básica. Atlas, 2010, 6ª Edição	8522460159	R\$ 84,00	R\$ 420,00
5	5	ALMEIDA, M. C. Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária. Atlas, 2012, 2ª Edição	8522468893	R\$ 101,00	R\$ 505,00
6	5	ARAUJO, A. M. P; ASSAF NETO, A. Aprendendo Contabilidade. Inside Books, 2009, 1ª Edição	8560550127	R\$ 50,00	R\$ 250,00
7	5	ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos. Saraiva, 2009, 1ª Edição	8502078879	R\$ 35,00	R\$ 175,00
8	5	ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico-financeiro. Livro texto. Atlas, 2012, 10ª Edição	8522467862	R\$ 106,00	R\$ 530,00
9	5	ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. Contabilidade Gerencial. Atlas, 2015, 4ª Edição	852249388X	R\$ 146,00	R\$ 730,00
10	5	ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. Atlas, 2011, 6ª Edição	8522462380	R\$ 137,00	R\$ 685,00
11	5	BAPTISTA, A. E.; GONÇALVES, E. C. Contabilidade Geral. Atlas, 2011, 7ª Edição	8522462798	R\$ 113,00	R\$ 565,00

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

12	5	BRAGA, C. Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão de sustentabilidade. Atlas, 2007, 1ª Edição	8522447780	R\$ 57,00	R\$ 285,00
13	5	CASTRO, D. P.; GARCIA, L. M. Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel. Atlas, 2008, 2ª Edição	8522449724	R\$ 119,00	R\$ 595,00
14	5	CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: Teoria e prática. Atlas, 2013, 9ª Edição	8522480826	R\$ 128,00	R\$ 640,00
15	5	CREPALDI, S. A. CURSO BÁSICO DE CONTABILIDADE: Resumo da Teoria Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial, Exercícios e Questões com Respostas. Atlas, 2013, 7ª Edição	9788522481040	R\$ 106,00	R\$ 530,00
16	5	FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: Teoria e prática. Atlas, 2008, 4ª Edição	8522452326	R\$ 95,00	R\$ 475,00
17	5	GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. Contabilidade gerencial. Bookman Companhia Ed, 2012, 14ª Edição	8580551617	R\$ 174,00	R\$ 870,00
18	5	HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. Contabilidade de custos. Prentice Hall Brasil, 2004, 11ª Edição	8587918400	R\$ 158,05	R\$ 790,25
19	5	INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código brasileiro de governança corporativa. Saint Paul, 2009, 1ª Edição	859883873X	R\$ 87,90	R\$ 439,50
20	5	IUDÍCIBUS, S. Contabilidade introdutória. Livro-texto. Atlas, 2010, 11ª Edição	9788522458158	R\$ 128,00	R\$ 640,00
21	5	IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. Atlas, 2013, 2ª Edição	8522477175	R\$ 298,00	R\$ 1.490,00
22	5	KOHAMA, H. Contabilidade Pública: Teoria e prática. Atlas, 2014, 14ª Edição	8522489386	R\$ 117,00	R\$ 585,00
23	5	KOLIVER, O. Contabilidade de custos. Jurua Editora, 2008, 1ª Edição	8536221402	R\$ 147,90	R\$ 739,50
24	5	LEONE, G. S.; LEONE, R. J. G. Curso de contabilidade de custos: (livro-texto). Atlas, 2010, 4ª Edição	8522460817	R\$ 137,00	R\$ 685,00
25	5	LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem).	8522447098	R\$ 90,00	R\$ 450,00

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

		Atlas, 2007, 3ª Edição			
26	5	MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. Atlas, 2012, 16ª Edição	8522464200	R\$ 141,00	R\$ 705,00
27	5	MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. Atlas, 2012, 7ª Edição	8522468680	R\$ 95,00	R\$ 475,00
28	5	MARION, J. C. Contabilidade básica. Atlas, 2009, 10ª Edição	8522455929	R\$ 87,00	R\$ 435,00
29	5	MARION, J. C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda: pessoa jurídica. Atlas, 2014, 14ª Edição	8522487618	R\$ 96,00	R\$ 480,00
30	5	MARION, J. C.; IUDICIBUS, S. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. Atlas, 2011, 7ª Edição	8522462879	R\$ 112,00	R\$ 560,00
31	5	MARTINS, E. Contabilidade de custos. Livro de exercícios. Atlas, 2010, 10ª Edição	8522459401	R\$ 140,00	R\$ 700,00
32	5	MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. Atlas, 2012, 1ª Edição	8522470952	R\$ 92,00	R\$ 460,00
33	5	MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. Controladoria: Análise Financeira, planejamento e controle orçamentário. Atlas, 2008, 1ª Edição	8522451362	R\$ 44,00	R\$ 220,00
34	5	MOTA, F. G. L. Contabilidade aplicada ao setor público. Atlas, 2015, 1ª Edição	8590673731	R\$ 108,00	R\$ 540,00
35	5	NASCIMENTO, D. T.; OLAK, P. A. Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor). Atlas, 2010, 3ª Edição	8522459762	R\$ 74,00	R\$ 370,00
36	5	NEPOMUCENO, V. Teoria da contabilidade: uma abordagem histórico-cultural. Jurua Editora, 2013, 2ª Edição	8536241985	R\$ 99,70	R\$ 498,50
37	5	NIYAMA, J. K. ; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. Atlas, 2013, 3ª Edição	8522480338	R\$ 79,00	R\$ 395,00
38	5	OLIVEIRA, A. B. S. Controladoria: fundamentos do controle empresarial. Saraiva, 2014, 2ª Edição	8502618326	R\$ 97,00	R\$ 485,00
39	5	OLIVEIRA, N. C. Contabilidade do Agronegócio: Teoria e prática. Jurua Editora, 2010, 2ª Edição	8536227788	R\$ 49,90	R\$ 249,50
40	5	ORNELAS, M. Maurício G. Perícia contábil. Atlas, 2011, 5ª Edição	8522462585	R\$ 67,00	R\$ 335,00
41	5	PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. Atlas, 2007, 7ª Edição	8522460752	R\$ 137,00	R\$ 685,00

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

42	5	PAGLIATO, W. Manual de Auditoria. Atlas, 2014, 7ª Edição	8522489548	R\$ 102,00	R\$ 510,00
43	5	PERES JÚNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas. Atlas, 2012, 8ª Edição	8522469393	R\$ 106,00	R\$ 530,00
44	5	QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. P.; QUARESMA, J. C. da C.; MENDES, R. da C. Contabilidade Pública: De Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Atlas, 2011, 1ª Edição	852246121X	R\$ 79,00	R\$ 395,00
45	5	RIBEIRO, O. M. Contabilidade de custos. Saraiva, 2013, 3ª Edição	8502206575	R\$ 122,00	R\$ 610,00
46	5	RIBEIRO, O. M. Estrutura e Análise de Balanços Fácil. Saraiva, 2015, 9ª Edição	8502621831	R\$ 69,00	R\$ 345,00
47	5	ROSA, M. B. Contabilidade do Setor Público: De acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público, contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP editado pela STN. Atlas, 2013, 2ª Edição	8522479739	R\$ 127,00	R\$ 635,00
48	5	SÁ, A. L. Fundamentos da Contabilidade Geral - Introdução ao Conhecimento Prático e Doutrinário da Ciência Contábil Moderna - Com Referências Relativas à Reforma das Sociedades por Ações - Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Jurua Editora, 2012, 4ª Edição	8536238674	R\$ 119,00	R\$ 595,00
49	5	SA, A. L. Perícia Contábil. Atlas, 2011, 10ª Edição	8522462917	R\$ 103,00	R\$ 515,00
50	5	SANTI FILHO, A.; OLINQUEVITCH, L. Análise de Balanços para Controle Gerencial. Atlas, 2009, 5ª Edição	9788522454617	R\$ 73,00	R\$ 365,00
51	5	SANTOS, R. V. Controladoria: uma introdução ao sistema de gestão econômica GECON. Saraiva, 2014, 2ª Edição	9788502109094	R\$ 58,90	R\$ 294,50
52	5	SCHMIDT, P. História da contabilidade – foco na evolução das escolas do pensamento contábil. Atlas, 2008, 1ª Edição	8522450889	R\$ 56,00	R\$ 280,00
53	5	SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Contabilidade Societária. Atlas, 2011, 1ª Edição	8522463115	R\$ 138,00	R\$ 690,00
54	5	SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. Contabilidade básica. Atlas, 2009, 4ª Edição	8522454981	R\$ 95,00	R\$ 475,00

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

55	5	BORGES, H. B. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. Atlas, 2014, 13ª Edição	8522486123	R\$ 145,00	R\$ 725,00
56	5	BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. Atlas, 2010, 3ª Edição	9788522459582	R\$ 75,00	R\$ 375,00
57	5	BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. Mudanças contábeis na lei societária: Lei n.º 11.638, de 28-12-2007. Atlas, 2008, 1ª Edição	9788522450824	R\$ 80,00	R\$ 400,00
58	5	CHAVES, F. C. Planejamento Tributário na Prática: Gestão tributária aplicada. Atlas, 2014, 3ª Edição	9788522488957	R\$ 65,00	R\$ 325,00
59	5	CRÚZIO, H. O. Como Organizar a administrar uma Cooperativa: uma alternativa para o desemprego. FGV, 2007, 4ª Edição	8522503036	R\$ 34,00	R\$ 170,00
60	5	CUNHA, J. V. A.; OLIVEIRA, M. C., RIBEIRO, M. S.; LUCA, M. M. M. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. Atlas, 2009, 2ª Edição	9788522455454	R\$ 65,00	R\$ 325,00
61	5	GARCIA, A. S. Introdução à controladoria: instrumentos básicos de controle de gestão das empresas. Atlas, 2010, 1ª Edição	9788522457946	R\$ 54,00	R\$ 270,00
62	5	HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. Teoria da Contabilidade. Atlas, 1999, 1ª Edição	9788522420971	R\$ 182,00	R\$ 910,00
63	5	IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. Atlas, 2010, 10ª Edição	9788522460533	R\$ 141,00	R\$ 705,00
64	5	IUDÍCIBUS, S. Análise de balanços. Atlas, 2009, 10ª Edição	9788522454211	R\$ 117,00	R\$ 585,00
65	5	LIMA, L. M. S. IFRS: Entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade. Atlas, 2010, 1ª Edição	9788522457489	R\$ 93,00	R\$ 465,00
66	5	LONGO, C. G. Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras: Novas Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Atlas, 2015, 3ª Edição	9788522493203	R\$ 101,00	R\$ 505,00
67	5	MARTINS, E. Avaliação de Empresas: Da mensuração contábil à econômica. Atlas, 2001, 1ª Edição	9788522427307	R\$ 118,00	R\$ 590,00
68	5	MATARAZZO, D C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial: livro texto. Atlas, 2010, 7ª Edição	9788522456925	R\$ 131,00	R\$ 655,00
69	5	PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. Atlas, 2014, 9ª Edição	9788522489541	R\$ 102,00	R\$ 510,00

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

70	5	SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários. Atlas, 2015, 4ª Edição	9788522496686	R\$ 110,00	R\$ 550,00
71	5	SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. Atlas, 2014, 3ª Edição	9788522492114	R\$ 82,00	R\$ 410,00
72	5	SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R. Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária. Atlas, 2013, 4ª Edição	9788522473199	R\$ 115,00	R\$ 575,00

<b>VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO</b>	<b>R\$ 37.486,75</b>
----------------------------------	----------------------

**2. PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

2.1. O prazo para a entrega dos Materiais Bibliográficos, objeto desta licitação, será de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente. A entrega de todos os itens constantes no Lote deverá ser de forma total.

2.2. Os eventuais defeitos físicos (paginação errada, páginas em branco, páginas duplicadas, etc.) deverão ser trocados pelo livreiro, quando da detecção do mesmo, ainda que o livro já se encontre carimbado;

2.3. A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, documentos comprobatórios referentes à impossibilidade de entrega de títulos que encontrem-se **ESGOTADOS**.

2.4. A validade da proposta, para efeitos de convocação para contratação, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua abertura.

2.5. O Contrato terá vigência até 10 (dez) de dezembro de 2015. A vigência do contrato poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, somente se houver prorrogação da vigência do Convênio nº 774992/2012 PNAEST/2012.

2.6. O recebimento dos Materiais Bibliográficos, de que trata este Pregão, se efetivará nos seguintes termos:

a) - **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bem adquirido, com as especificações constantes do Edital, mediante "Termo de Aceite Provisório";

b) - **definitivamente**, após a verificação de suas qualidades, características e especificações e, consequente aceitação pela Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Patrimoniais da mediante "Termo de Aceite Definitivo"

2.7. A licitante vencedora obriga-se a fornecer Materiais Bibliográficos licitados em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência (Anexo-I), e na Proposta (Anexo II), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos, quando constatado não estar em consonância com as referidas especificações.

2.8. Independentemente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade dos Materiais Bibliográficos durante toda a vigência contratual, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

2.9. Os materiais deverão ser entregues, de forma total na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em Dourados, Rodovia Dourados/Itahum, km 12, Cidade Universitária. Cep: 79804-970 Dourados/MS, no Setor de Material e Patrimônio Contato: **Márcio Cláudio Rodrigues Rangel** fone: (0XX67) 3902-2462 nos dias úteis das 7:30h às 13:30h.

2.10. Informações referentes a alguma peculiaridade dos itens a serem adquiridos, ou do local de entrega, serão prestadas pela Divisão de Compras através dos telefones (67) 3902-2370, 3902-2372.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

2.11. O fornecimento, pela contratada, de Materiais Bibliográficos diferentes do licitado, sem o devido aceite da UEMS, através da Divisão de Administração, implicará nas sanções legais cabíveis.

### 3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

3.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

3.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5 conceder o prazo de 3 (três) dias úteis após a entrega a fim de que a contratante proceda à verificação de sua especificação, pois somente após esse procedimento serão declarados Aceitos;

3.1.6 tomar providências no caso de rejeição total ou parcial dos Materiais Bibliográficos adquiridos, substituindo-os, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, contadas da comunicação da irregularidade pela contratante;

3.1.7 manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas no Pregão que deu origem a este ajuste;

3.1.8 cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

3.1.9 providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessárias em decorrência do objeto deste contrato;

3.1.10 aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, como preceitua o Artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 e suas alterações;

3.1.11 responder, perante a contratante e terceiros, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste Instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste contrato;

3.1.12 assumir inteira responsabilidade pelos danos suportados por seus empregados, em decorrência da presente obrigação, ainda que verificadas nas dependências da contratante;

3.1.13 responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a contratante;

3.1.14 não transferir, em hipótese alguma, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, a terceiros;

3.1.15 arcar com todas as despesas, relativas à entrega, carga e descarga, bem como alocação dos Materiais Bibliográficos no local indicado pela contratante;

3.1.15 reparar os prejuízos, em caso de algum sinistro, que por ventura venha ocorrer.

3.1.16 Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

3.1.17 permitir o livre acesso de servidores da UEMS, bem como dos auditores dos órgão de controle interno e externo do governo federal e do estadual, aos documentos e registros contábeis da empresa.

### 3 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### DIVISÃO DE COMPRAS

#### 3.1 São obrigações da Contratante:

- 3.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
  - 3.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 3.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 3.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 3.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- 3.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 3.3 Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;
- 3.4 Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;
- 3.5 Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

#### 4 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 5 CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 5.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos livros, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 5.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
  - 6.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 6.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 6.1.3 fraudar na execução do contrato;
  - 6.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
  - 6.1.5 cometer fraude fiscal;
  - 6.1.6 não mantiver a proposta.
- 6.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

- 6.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 6.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada para sua efetivação, ou seja, do 31º (trigésimo primeiro) dia, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou documento equivalente.
- 6.2.3 multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 6.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 6.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até cinco anos;
- 6.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 6.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 6.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 6.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 6.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Dourados, MS ..... de .....de 2015

Márcia Regina Alvarenga  
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários/PROEC/UEMS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

**MODELO PROPOSTA-DETALHE - ANEXO II**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015**

Objetivando a aquisição de materiais bibliográficos constante da **Proposta-Detalhe** abaixo, solicitamos a V. S<sup>a</sup> apresentar sua proposta, observadas as normas contidas no Edital, do qual esta Proposta é parte integrante.

**Local:** - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Sala de Licitações, Bloco A, Rodovia MS/162 -Dourados/Itahum, Km 12,Cidade Universitária.

**DATA DO PREGÃO:** 15 (QUINZE) DE OUTUBRO DE 2015- **Horário** 09:00h (NOVE HORAS) – **Horário de Mato Grosso do Sul**  
**Validade da proposta:** \_\_\_\_\_ dias.

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO <u>LOTE ÚNICO</u>				VALORES	
ITEM	AUTOR/TÍTULO/EDITORIA	ISBN	QTD.	UNITARIO	TOTAL
1	ALBERTO, V. L. P. Perícia contábil. Atlas, 2012, 5ª Edição	9788522469574	5		
2	ALMEIDA, M. C. Contabilidade Avançada: Textos, exemplos e exercícios resolvidos. Atlas, 2013, 3ª Edição.	9788522477692	5		
3	ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. Atlas, 2012, 8ª Edição	852247107X	5		
4	ALMEIDA, M. C. Curso Básico de Contabilidade: Introdução a Metodologia da Contabilidade e contabilidade Básica. Atlas, 2010, 6ª Edição	8522460159	5		

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

5	ALMEIDA, M. C. Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária. Atlas, 2012, 2ª Edição	8522468893	5		
6	ARAUJO, A. M. P; ASSAF NETO, A. Aprendendo Contabilidade. Inside Books, 2009, 1ª Edição	8560550127	5		
7	ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos. Saraiva, 2009, 1ª Edição	8502078879	5		
8	ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico-financeiro. Livro texto. Atlas, 2012, 10ª Edição	8522467862	5		
9	ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. Contabilidade Gerencial. Atlas, 2015, 4ª Edição	852249388X	5		
10	ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. Atlas, 2011, 6ª Edição	8522462380	5		
11	BAPTISTA, A. E.; GONÇALVES, E. C. Contabilidade Geral. Atlas, 2011, 7ª Edição	8522462798	5		
12	BRAGA, C. Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão de sustentabilidade. Atlas, 2007, 1ª Edição	8522447780	5		
13	CASTRO, D. P.; GARCIA, L. M. Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel. Atlas, 2008, 2ª Edição	8522449724	5		
14	CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: Teoria e prática. Atlas, 2013, 9ª Edição	8522480826	5		
15	CREPALDI, S. A. CURSO BÁSICO DE CONTABILIDADE: Resumo da Teoria Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial, Exercícios e Questões com Respostas. Atlas, 2013, 7ª Edição	9788522481040	5		

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

16	FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: Teoria e prática. Atlas, 2008, 4ª Edição	8522452326	5		
17	GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. Contabilidade gerencial. Bookman Companhia Ed, 2012, 14ª Edição	8580551617	5		
18	HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. Contabilidade de custos. Prentice Hall Brasil, 2004, 11ª Edição	8587918400	5		
19	INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código brasileiro de governança corporativa. Saint Paul, 2009, 1ª Edição	859883873X	5		
20	IUDÍCIBUS, S. Contabilidade introdutória. Livro-texto. Atlas, 2010, 11ª Edição	9788522458158	5		
21	IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. Atlas, 2013, 2ª Edição	8522477175	5		
22	KOHAMA, H. Contabilidade Pública: Teoria e prática. Atlas, 2014, 14ª Edição	8522489386	5		
23	KOLIVER, O. Contabilidade de custos. Jurua Editora, 2008, 1ª Edição	8536221402	5		
24	LEONE, G. S.; LEONE, R. J. G. Curso de contabilidade de custos: (livro-texto). Atlas, 2010, 4ª Edição	8522460817	5		
25	LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem). Atlas, 2007, 3ª Edição	8522447098	5		
26	MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. Atlas, 2012, 16ª Edição	8522464200	5		
27	MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. Atlas, 2012, 7ª Edição	8522468680	5		
28	MARION, J. C. Contabilidade básica. Atlas, 2009, 10ª Edição	8522455929	5		

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

29	MARION, J. C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda: pessoa jurídica. Atlas, 2014, 14ª Edição	8522487618	5		
30	MARION, J. C.; IUDICIBUS, S. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. Atlas, 2011, 7ª Edição	8522462879	5		
31	MARTINS, E. Contabilidade de custos. Livro de exercícios. Atlas, 2010, 10ª Edição	8522459401	5		
32	MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. Atlas, 2012, 1ª Edição	8522470952	5		
33	MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. Controladoria: Análise Financeira, planejamento e controle orçamentário. Atlas, 2008, 1ª Edição	8522451362	5		
34	MOTA, F. G. L. Contabilidade aplicada ao setor público. Atlas, 2015, 1ª Edição	8590673731	5		
35	NASCIMENTO, D. T.; OLAK, P. A. Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor). Atlas, 2010, 3ª Edição	8522459762	5		
36	NEPOMUCENO, V. Teoria da contabilidade: uma abordagem histórico-cultural. Jurua Editora, 2013, 2ª Edição	8536241985	5		
37	NIYAMA, J. K. ; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. Atlas, 2013, 3ª Edição	8522480338	5		
38	OLIVEIRA, A. B. S. Controladoria: fundamentos do controle empresarial. Saraiva, 2014, 2ª Edição	8502618326	5		
39	OLIVEIRA, N. C. Contabilidade do Agronegócio: Teoria e prática. Jurua Editora, 2010, 2ª Edição	8536227788	5		
40	ORNELAS, M. Maurício G. Perícia contábil. Atlas, 2011, 5ª Edição	8522462585	5		

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

41	PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. Atlas, 2007, 7ª Edição	8522460752	5		
42	PAGLIATO, W. Manual de Auditoria. Atlas, 2014, 7ª Edição	8522489548	5		
43	PERES JÚNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas. Atlas, 2012, 8ª Edição	8522469393	5		
44	QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. P.; QUARESMA, J. C. da C.; MENDES, R. da C. Contabilidade Pública: De acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Atlas, 2011, 1ª Edição	852246121X	5		
45	RIBEIRO, O. M. Contabilidade de custos. Saraiva, 2013, 3ª Edição	8502206575	5		
46	RIBEIRO, O. M. Estrutura e Análise de Balanços Fácil. Saraiva, 2015, 9ª Edição	8502621831	5		
47	ROSA, M. B. Contabilidade do Setor Público: De acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público, contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP editado pela STN. Atlas, 2013, 2ª Edição	8522479739	5		
48	SÁ, A. L. Fundamentos da Contabilidade Geral - Introdução ao Conhecimento Prático e Doutrinário da Ciência Contábil Moderna - Com Referências Relativas à Reforma das Sociedades por Ações - Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Jurua Editora, 2012, 4ª Edição	8536238674	5		
49	SA, A. L. Perícia Contábil. Atlas, 2011, 10ª Edição	8522462917	5		
50	SANTI FILHO, A.; OLINQUEVITCH, L. Análise de Balanços para Controle Gerencial. Atlas, 2009, 5ª Edição	9788522454617	5		
51	SANTOS, R. V. Controladoria: uma introdução ao sistema de gestão econômica GECON. Saraiva, 2014, 2ª Edição	9788502109094	5		

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

52	SCHMIDT, P. História da contabilidade – foco na evolução das escolas do pensamento contábil. Atlas, 2008, 1ª Edição	8522450889	5		
53	SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Contabilidade Societária. Atlas, 2011, 1ª Edição	8522463115	5		
54	SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. Contabilidade básica. Atlas, 2009, 4ª Edição	8522454981	5		
55	BORGES, H. B. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. Atlas, 2014, 13ª Edição	8522486123	5		
56	BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. Atlas, 2010, 3ª Edição	9788522459582	5		
57	BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. Mudanças contábeis na lei societária: Lei n.º 11.638, de 28-12-2007. Atlas, 2008, 1ª Edição	9788522450824	5		
58	CHAVES, F. C. Planejamento Tributário na Prática: Gestão tributária aplicada. Atlas, 2014, 3ª Edição	9788522488957	5		
59	CRÚZIO, H. O. Como Organizar a administrar uma Cooperativa: uma alternativa para o desemprego. FGV, 2007, 4ª Edição	8522503036	5		
60	CUNHA, J. V. A.; OLIVEIRA, M. C., RIBEIRO, M. S.; LUCA, M. M. M. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. Atlas, 2009, 2ª Edição	9788522455454	5		
61	GARCIA, A. S. Introdução à controladoria: instrumentos básicos de controle de gestão das empresas. Atlas, 2010, 1ª Edição	9788522457946	5		
62	HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. Teoria da Contabilidade. Atlas, 1999, 1ª Edição	9788522420971	5		
63	IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. Atlas, 2010, 10ª Edição	9788522460533	5		
64	IUDÍCIBUS, S. Análise de balanços. Atlas, 2009, 10ª Edição	9788522454211	5		

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS**

Processo Nº 29/500501/2015  
Pregão Eletrônico Nº 033/2015  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

65	LIMA, L. M. S. IFRS: Entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade. Atlas, 2010, 1ª Edição	9788522457489	5		
66	LONGO, C. G. Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras: Novas Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Atlas, 2015, 3ª Edição	9788522493203	5		
67	MARTINS, E. Avaliação de Empresas: Da mensuração contábil à econômica. Atlas, 2001, 1ª Edição	9788522427307	5		
68	MATARAZZO, D C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial: livro texto. Atlas, 2010, 7ª Edição	9788522456925	5		
69	PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. Atlas, 2014, 9ª Edição	9788522489541			
70	SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários. Atlas, 2015, 4ª Edição	9788522496686			
71	SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. Atlas, 2014, 3ª Edição	9788522492114			
72	SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R. Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária. Atlas, 2013, 4ª Edição	9788522473199			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO R\$.....(.....)</b>					

Inscrição Estadual \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº ...../2015 PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRAFICO (.....) QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA.....**

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**, Instituição de Ensino Superior com personalidade jurídica de direito público, instituída nos termos da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.891.363/0001-80, estabelecida na Rodovia Dourados-Itahum - Km 12, Cidade Universitária de Dourados - MS, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, **FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA**, brasileiro, casado, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXXX e do RG nºXXXXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, com sede à (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representada pelo (a) Sr (a).....,(nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na (rua, nº bairro, Cidade, Estado, CEP), doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, decorrente do resultado de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº 033/2015, Processo nº 29/500501/2015**, regulada pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decretos Estaduais n. 11.676/2004, 11.818/2005 subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos), Lei nº 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do contrato é a aquisição de Materiais Bibliográfico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do PE033/2015 e seus anexos, objetivando atender ao Convênio nº 774992/2012 PNAEST/2012.

1.2 Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações do objeto do presente Contrato a ser fornecido pela **CONTRATADA**, em relação aos quais a **CONTRATANTE** não tenha se declarado de acordo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

2.1. Este Instrumento foi precedido de licitação, conforme dispõe os Decretos Estaduais n. 11.676/2004, 11.818/2005 e as Leis Federais nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.2. O presente Contrato encontra-se devidamente vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2015/UEMS, nos termos do inciso XI, do artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS**

3.1. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ao Decreto Estadual nº 11.818/05, à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ao Decreto nº 8.625, de 22 de julho de 1996, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil Brasileiro, às cláusulas expressas neste Contrato e no Edital de Pregão Eletrônico que o originou, bem como, às demais normas pertinentes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA**

4.1 Os materiais bibliográficos deverão ser entregues na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em Dourados, Rodovia Dourados/Itahum, km 12, Cidade Universitária. Cep: 79804-970 Dourados/MS, no Setor de Material e Patrimônio Contato: Márcio Cláudio Rodrigues Rangel fone: (0XX67) 3902-2462 nos dias úteis das 7:30h às 13:30h..

4.2 A referida entrega deverá ser de forma total, sendo livros novos, de primeiro uso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, devendo ocorrer de segunda à sexta-feira, excetuando-se feriados, das 07:30h às 13:30h, o que deverá ser promovido sem qualquer custo adicional para a **CONTRATANTE**.

4.3 **A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, documentos comprobatórios referentes à impossibilidade de entrega de títulos que encontrem-se ESGOTADOS;**

4.4 Os materiais bibliográficos adquiridos só serão declarado recebido, após a verificação, no prazo máximo de até **03 (três) dias** úteis da sua entrega, por servidores da **CONTRATANTE**, do atendimento aos requisitos constantes no Edital e Termo de Referência, quando será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

4.5 Recebido, nos termos acima, se a qualquer tempo, durante a utilização normal dos materiais bibliográficos vier a se constatar incompatibilidade destes com as especificações constantes no Edital/Termo de Referência ou por qualquer outra irregularidade, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contadas da notificação do fato.

4.6 Todas as despesas relativas à execução do contrato correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas decorrentes deste fornecimento correrão à conta dos Programática Funcional 10.29204.12.573.0032.2903.0005 - Natureza de Despesa: 344905200 no item: 5218 Fonte: 0281260018. Convênio nº 774992/2012 PNAEST/2012 FUEMS: 290.204.

5.2 A contratante se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

6.1. O valor deste Contrato é de R\$.....(.....reais);

6.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à entrega/aceite definitivo dos materiais bibliográficos, condicionado a apresentação, pela **CONTRATADA**, da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada e Aceita pela Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Patrimoniais da **CONTRATANTE**, mediante crédito bancário, através do banco ....., agência....., c/c ....., de acordo com o preço proposto na proposta, e demais condições aqui estipuladas, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e determinações do art. 15, §2º do Decreto-Lei nº 17, de 01 de janeiro de 1979.

6.3. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

6.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, e o pagamento será susado, para que a contratada tome as medidas necessárias. Neste caso o prazo para pagamento passa a ser contado a partir da data da reapresentação da mesma.

6.5. Despesas com deslocamento de pessoal da **CONTRATADA** ou de seus representantes serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.6. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.7. A **CONTRATANTE** não pagará, sem que tenha sido autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.8. O preço final proposto não será reajustado, e o valor constante da nota fiscal discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

6.9. A CONTRATADA deverá assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado

6.10. A **CONTRATANTE** efetuará, caso seja necessário, a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1 A vigência deste contrato será até 10 (dez) de dezembro de 2015. **A vigência do contrato poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, somente se houver prorrogação da vigência do Convênio nº Convênio nº 774992/2012 PNAEST/2012.**

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

8.1.1 cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.1.2 assumir todos os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.1.3 efetuar a entrega dos materiais bibliográficos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.5 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.6 comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.7 conceder o prazo de **3 (três) dias úteis** após a entrega, a fim de que a **CONTRATANTE** proceda à verificação da especificação do bem, pois somente após esse procedimento serão declarados Aceitos;

8.1.8 tomar providências, no caso de rejeição total ou parcial dos materiais bibliográficos adquiridos, substituindo-os, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, contadas da comunicação da irregularidade pela **CONTRATANTE**;

8.1.9 manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas no Pregão que deu origem ao Contrato;

8.1.10 cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

8.1.11 providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessárias em decorrência do objeto deste contrato;

8.1.12 aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, como preceitua o Artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 e suas alterações;

8.1.13 responder, perante a **CONTRATANTE** e terceiros, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste Instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste contrato;

8.1.14 assumir inteira responsabilidade pelos danos suportados por seus empregados, em decorrência da presente obrigação, ainda que verificadas nas dependências da contratante;

8.1.15 responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a contratante;

- 8.1.16 não transferir, em hipótese alguma, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, a terceiros;
- 8.1.17 arcar com todas as despesas, relativas à entrega, carga e descarga, bem como alocação dos materiais bibliográficos no local indicado pela contratante;
- 8.1.18 reparar os prejuízos, em caso de algum sinistro, que por ventura venha ocorrer.
- 8.1.19 Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- 8.1.20 permitir o livre acesso de servidores da UEMS, bem como dos auditores dos órgão de controle interno e externo do governo federal e do estadual, aos documentos e registros contábeis da empresa.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

- 9.1.1 cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**;
- 9.1.2 fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;
- 9.1.3 proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;
- 9.1.4 notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas nos itens adquiridos;
- 9.1.5 notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 9.1.6 acompanhar a entrega dos materiais bibliográficos, efetuada pela **CONTRATADA**, podendo intervir durante a sua efetivação, para fins de ajustes ou suspensão da obrigação;
- 9.1.7 fiscalizar o presente contrato através do setor competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

10.1 Fica estabelecido que a gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade .....através do servidor....., CPF----- prontuário nº-----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3 fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5 cometer fraude fiscal;
- 11.1.6 não manter a proposta.

11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada para sua efetivação, ou seja, do 16º (décimo sexto) dia, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou documento equivalente

11.2.3 multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto

11.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida

11.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos

11.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação

11.3.4 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6 Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas à **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1 O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e nos casos que especifica:

a) estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida;

b) ter título protestado cujo valor possa, a juízo da **CONTRATANTE**, comprometer a idoneidade financeira da **CONTRATADA**, e/ou a eficiente execução do contrato;

c) ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS, FGTS, CNDT.

12.2 A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitados ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

12.3 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela **CONTRATANTE** e, comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas no presente contrato.

12.4 Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá à **CONTRATANTE** decidir pela continuidade do presente contrato.

12.5 As signatárias poderão, de pleno direito, rescindir o presente Instrumento, nos termos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NOVAÇÃO**

13.1 A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste Contrato e na Lei em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, sendo que todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE**, serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

14.1 O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes, que impliquem em modificações nos casos previstos em Diploma Legal pertinente à matéria.

14.2 Para qualquer alteração a que se refere o subitem anterior deverá ser feito Termo Aditivo, o qual, obrigatoriamente, será assinado pelos representantes legais das partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.1 O extrato deste Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, após a sua assinatura, especificando-se as normas estabelecidas no parágrafo único, artigo 61 da Lei nº 8.666/93, pela Divisão de Administração/UEMS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões relacionadas com o presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1 As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a vigência deste Contrato serão dirimidas pelas partes contratantes, nos termos da legislação em vigor.

E, por estarem assim de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato para fornecimento de ..... em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos aos quais se destina.

Dourados – MS.....de ..... de 2015.

**FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA**  
CONTRATANTE – UEMS

**(EMPRESA)**  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF:

CPF:

**ANEXO IV**

**MODELO - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, nos termos do inciso VII, artigo 4º da lei federal 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no **Pregão Eletrônico nº 033/2015 – Processo nº 29/500501/2015**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal e CNPJ da Empresa

## ANEXO V

### MODELO - DECLARAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ....., CNPJ nº....., sediada.....(endereço completo) ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para os fins de habilitação no presente processo licitatório (**Pregão Eletrônico nº 033/2015**), **DECLARA** expressamente, sob as penas da lei, que:

não foi declarada inidônea para licitar com a administração pública, nos termos do inciso IV, Art. 87, da Lei 8666/93 e suas alterações, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como, comunicará qualquer fato ou evento superveniente a entrega de documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;

em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos e;

que nenhum dirigente ou responsável técnico da empresa pertence ao quadro de funcionários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local e Data).....

.....  
(representante legal da empresa)

***(Papel timbrado e/ou carimbo padronizado do CNPJ)***

## ANEXO VI

### **MODELO - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ **DECLARA**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015  
(local)

## ANEXO VII

### MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico Nº033/2015

Processo: 29/500501/2015

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por seu representante devidamente constituído, conforme abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e que o conteúdo dessa proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta para participar desta licitação não foi informada, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da presente licitação antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome e assinatura do representante legal da empresa.

## MODELO - FICHA CADASTRAL

### Razão Social

--

CNPJ/MF

--

Inscrição Estadual

--

### Endereço

Rua:		Nº
------	--	----

Bairro:	
---------	--

Cidade:		Estado
---------	--	--------

Cep	
-----	--

Telefone:		Fax
-----------	--	-----

e-mail:	
---------	--

### Banco

--

Agência

--

Conta Corrente

--

### Representante Legal

--

Nacionalidade

--

Estado Civil

--

Profissão

--

CPF

--

RG

	SSP/
--	------

### Endereço Residencial

Rua:		Nº
------	--	----

Bairro:	
---------	--

Cidade:		Estado
---------	--	--------

Cep	
-----	--

e-mail:	
---------	--